

#### **PARECER N° 82/2021**

Da Comissão de Finanças e Orçamento, sobre o **Projeto de Lei nº 114 de 2021**, de iniciativa Vereador Fábio Pavoni que "Autoriza o Poder Executivo a instalar sistema de captação de energia solar em prédios públicos municipais."

Relator: Pedro Ferreira de Lima

#### I - RELATÓRIO

A Comissão de Finanças e Orçamento, sobre o Projeto de Lei nº 114 de 2021, do Vereador Fábio Pavoni, que autoriza o poder executivo a instalar sistema de captação de energia solar em prédios públicos municipais.

Justifica, o Senhor Vereador que -

A energia solar, além de ser uma fonte alternativa e promissora de captação e conversão imediata de radiação solar em energia elétrica, também é um meio de preservação do meio ambiente. Além de ser uma energia limpa e que não se utiliza de recursos que podem se extinguir com o tempo, possui o beneficio da economia aos cofres públicos com a redução do valor da conta de luz mensal. A necessidade de economia de energia e a busca por meios alternativos de captação da mesma tem sido discutido cada vez mais pela sociedade. Por esse motivo, o município tem como obrigação sair na frente quando se refere à racionalização de gastos com energia elétrica.

É o breve relatório.

## II – ANÁLISE

Compete a Comissão de Finanças e Orçamento analisar matérias tributárias, abertura de crédito adicional, os projetos do Plano Plurianal, da Lei das Diretrizes Orçamentárias, entre outros conforme o inciso II, "a" e "b" do Art. 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária, conforme segue:

1

# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

# DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

Art. 52° Compete

- II à Comissão de Finanças e Orçamento, os aspectos econômicos e financeiros, especialmente:
- a) matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas, e outras que direta ou indiretamente alterem a despesa ou a receita do Município, ou repercutam no Patrimônio Municipal;
- b) os Projetos do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Projeto de Orçamento Anual e a Prestação de Contas do Executivo e da Mesa da Câmara;

Tendo em vista o art. 10, II, da L.O.M.A, que estabelece competências sobre, nos ensina, conforme a seguir,

Art. 10 Compete à Câmara Municipal deliberar sobre matéria da competência do Município, sujeita à sanção do Prefeito, especialmente sobre:

II – orçamento e a abertura de créditos especiais e suplementares;

Ainda temos que Segundo o artigo 40, §1º, "a", da Lei Orgânica do município de Araucária, os projetos de lei podem ser de autoria do Vereador, conforme artigo abaixo,

Art. 40. O processo legislativo compreende a elaboração de: § 10 A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência: b) do Vereador;

Diante do exposto, no que nos cabe a Comissão de Finanças e Orçamento examinar, favoráveis ao Projeto de Lei nº 114/2021.

### III - VOTO

Diante das razões apresentadas acima, não foi encontrado impedimentos que limitem sua tramitação, Desta forma, no que cabe a Comissão de Finanças e Orçamento analisar <u>SOMOS PELO PROSSEGUIMENTO DO REFERIDO PROJETO DE LEI</u>, ao qual deve ser dado ciência aos vereadores, bem

como, submetido a deliberação plenária para apreciação, conforme o Regimento Interno desta Câmara Legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 2021.

(assinado eletronicamente)
Pedro Ferreira de Lima
Vereador Relator – CFO



# DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIPROLE SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

# **VOTAÇÃO DE PARECER**

Na reunião realizada no dia 21 de setembro de 2021 no Plenarinho da Câmara Municipal de Araucária, os vereadores Ben Hur de Oliveira e Ricardo Teixeira, membros da Comissão de Finanças e Orçamento, votaram favoráveis ao Parecer n° 82/2021 - CFO, referente ao Projeto de Lei n° 114/2021.

Araucária, 21 de setembro de 2021.

